CCR RodoAnel — uma empresa motiva

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A ("RodoAnel" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2 Apresentação:** A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 451 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a Motiva (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%). **1.3 Destaques de 2025: Investimentos:** • Nova Sede Rodoanel: **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** No ano de 2025 a Companhia realizou o pagamento de R$ 25.770 em dividendos aos acionistas, sendo R$ 12.465 referente ao saldo de resultado de 2024 pagos em 29 de abril de 2025 e R$ 13.305 referente ao resultado do primeiro semestre de 2025, pagos em 26 de agosto de 2025. Adicionalmente a Companhia realizou o pagamento de R$ 35.000 em Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, sendo R$ 17.000 em 29 de abril de 2025 e R$ 18.000 pagos em 23 de dezembro de 2025.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R$ mil	2025	2024	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	**554.826**	**507.705**	**9,28%**
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	**494.595**	**451.766**	**9,48%**
- Receita de Pedágio	491.053	448.348	9,52%
- Outras Receitas	3.542	3.418	3,63%
Deduções da Receita Bruta	**(42.986)**	**(39.202)**	**9,65%**
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	**451.609**	**412.564**	**9,46%**
(+) Receita de Construção	**60.231**	**55.939**	**7,67%**
Custos e Despesas (a)	**(410.504)**	**(363.086)**	**13,06%**
- Depreciação e Amortização	(44.378)	(37.095)	19,63%
- Serviços de Terceiros	(79.936)	(60.251)	32,67%
- Custo da Outorga	(14.841)	(13.554)	9,50%
- Custo com Pessoal	(54.911)	(53.590)	2,47%
- Custo de Construção	(60.231)	(55.939)	7,67%
- Provisão de Manutenção	(27.415)	(24.169)	13,43%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(55.214)	(44.910)	22,94%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	**101.336**	**105.417**	**-3,87%**
Margem EBIT ajustada (b)	**22,44%**	**25,55%**	**-12,17%**
EBIT (c)	**101.336**	**105.417**	**-3,87%**
Margem EBIT	**19,80%**	**22,50%**	**-12,00%**
(+) Depreciação e amortização	44.378	37.095	19,63%
EBITDA (b)	**145.714**	**142.512**	**2,25%**
Margem EBITDA	**28,47%**	**34,54%**	**-17,57%**
(+) Provisão de manutenção (d)	27.415	24.169	13,43%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	**246.707**	**240.259**	**2,68%**
Margem EBITDA ajustada (f)	**54,63%**	**58,24%**	**-6,20%**
Resultado Financeiro Líquido	(51.290)	(57.234)	-10,39%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	**50.046**	**48.183**	**3,87%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.968)	(5.274)	89,00%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	**40.078**	**42.909**	**-6,60%**
Endividamento bruto (g)	**571.182**	**550.313**	**3,79%**
Investimentos (caixa)	**76.429**	**85.730**	**-10,85%**
Veículos equivalentes (em milhares)	**145.512**	**144.021**	**1,04%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **2.1.1. Receita operacional:** A receita operacional bruta de pedágio em 2025 totalizou R$ 554.826 representando um crescimento de 9,28% em relação a 2024. No acumulado de 2025, o tráfego equivalente total cresceu 1,0%, com destaque para o tráfego comercial, que avançou 1,5%, impulsionado pelas variações no escoamento de commodities agrícolas — aumento no transporte de grãos, apesar de menores volumes de açúcar e café em comparação ao ano anterior. O tráfego de passeio apresentou crescimento de 0,6%, associado ao aumento da circulação de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo. O desempenho da receita também foi influenciado pelo reajuste tarifário contratual de 5,32%, acrescido do reajuste cautelar de R$ 0,10 a partir de 1º de julho de 2025, medida adotada para mitigar os impactos dos desequilíbrios do Contrato de Concessão. **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R$ 410.504 no ano de 2025. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 13,06% em relação a 2024, foram: • Os custos de construção atingiram R$ 60.231. O aumento de 7,67% em relação a 2024 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. O principal montante são: Obras Piscinões - Conservação Drenagens, Praça de pedágio 8 e Implantação de Faixa Adicional km4-000 ao 5-951. • Em 2025, a provisão de manutenção totalizou R$ 27.415 antes R$ 24.169 em 2024, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2025, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • Depreciação e amortização somaram R$ 44.378 no ano de 2025. O aumento de 19,63% em relação ao ano anterior é reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como da depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R$ 14.841 no ano de 2025, não sofrendo variações significativas. • Em 2025, o custo de serviços totalizou R$ 79.936, representando aumento de 32,67% em relação a 2024, impactado pelo pacote de serviço de conservação, especialmente pela maior recuperação de pavimento flexível. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R$ 54.911 no ano de 2025, registrando um aumento de 2,47% em relação a 2024, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de custeio CSC (Centro de Serviços Compartilhados), gastos com vale alimentação/vale refeição, vale transporte, auxílio creche-paternidade, adequação salarial e horas extras. • Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 22,94% e atingiram R$ 55.214 no ano de 2025. Esse aumento deve-se principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, aluguel de veículos leves, licença de uso de programa e obras de conservação da rodovia. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2025, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R$ 51.290 antes R$ 57.234 em 2024. A redução de 10,39% ocorreu principalmente pela quitação do Mútuo em dezembro de 2024. **2.1.4. Lucro líquido:** Em 2025, o lucro líquido atingiu R$ 40.078, apresentando uma redução de 6,60% em relação a 2024, reflexo principalmente do resultado operacional. **2.1.5. Endividamento:** O endividamento bruto alcançou R$ 571.182 em 2025 antes R$ 550.313 em 2024. Esse aumento é devido as oscilações das taxas contratuais (IPCA e CDI) realizadas. **2.1.6. Investimentos:** O RodoAnel Oeste investiu cerca de R$ 46.420 em 2025, na rodovia SP-021. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se: • Piscinão; • Faixa Adicional km4-000 ao 5-951 PE SP021. • Implantação de Barreiras Acústicas SP021. • Adequação de Obras de Arte Especiais km16-200 PE SP021.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Rodrigo Fernandes Monteiro. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Avenida Marcos Penteado Ulhoa Rodrigues, nº 690, sala 32, Bairro Tamboré, Cidade Barueri – CEP 06.460-040. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço: https://rodovias.motiva.com.br/rodoanel/sobre/relacao-com-investidores. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Motiva embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia Motiva para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2025, a Academia Motiva atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a Companhia foram realizadas 1.769 horas de treinamento, com 70,37 % de treinamentos na modalidade on-line, 7,41 % na modalidade presencial e 22,22 % na modalidade combinada (semipresencial). Em 2025, a Academia Motiva registrou um investimento de R$ 59.803 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a Companhia.

4. ESG: A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x;* e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes – Completo. Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice *CSA* (*Corporate Sustainability Assessment*) da *S&P Global* em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas — incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes — disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council* -Relato Integrado (IIRC), *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. **4.1 Iniciativas Voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à *Science Based Targets Initiative* (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.2 Meio Ambiente:** Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado. A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros. Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027. No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável. Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental. Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa. A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS – *Nature-Based Solutions)* como estratégia para compensar os impactos do negócio. No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais. A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações. A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD). Outros destaques e informações podem ser consultados no site: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. **4.3 Instituto Motiva:** Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 82 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 430 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO. *Saiba mais em* www.motiva.com.br/instituto/. **4.3. Reconhecimentos e Prêmios:** O Rodoanel Mário Covas (SP-021), que tem o trecho oeste administrado pela concessionária RodoAnel - empresa da Motiva - está entre as dez melhores rodovias do país segundo o Ranking Nacional da Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional dos Transportes, divulgado quarta-feira, 17 de dezembro de 2025. O Rodoanel obteve a oitava colocação no Ranking.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2 Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.
A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**238.309**	**177.857**
Caixa e equivalentes de caixa	6	69.253	60.329
Aplicações financeiras	6	49.346	1.461
Contas a receber das operações	7.1	36.180	33.014
Contas a receber de partes relacionadas	10	114	12
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Tributos a recuperar		6.389	4.873
Adiantamentos a fornecedores		556	1.904
Despesas antecipadas e outros créditos		2.893	2.686
Não circulante		**1.774.186**	**1.801.223**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	800	819
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	258.440	252.050
Tributos a recuperar		859	741
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	840.015	913.593
Depósitos judiciais		17	17
Outros créditos		137	58
Imobilizado	11	64.866	53.586
Intangível	12	572.501	521.259
Infraestrutura em construção	12	32.948	58.910
Direito de uso em arrendamento		3.603	190
Total do Ativo		**2.012.495**	**1.979.080**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**107.382**	**69.134**
Debêntures	13	49.718	5.538
Fornecedores		23.036	28.520
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	2.535	2.402
Imposto de renda e contribuição social a recolher		6.988	5.614
ISS a recolher		2.429	2.488
Obrigações sociais e trabalhistas		5.333	5.019
Obrigações com o Poder Concedente	20.1	1.280	1.128
Provisão de manutenção	15	14.430	-
Juros sobre capital próprio	10	-	17.000
Passivo de arrendamento		901	209
Outras obrigações		732	1.216
Não circulante		**582.232**	**583.373**
Debêntures	13	521.464	544.775
Fornecedores		5.153	2.109
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	3.502	4.193
Provisão de manutenção	15	48.705	31.551
Passivo de arrendamento		2.728	-
Outras obrigações		680	745
Patrimônio Líquido	16	**1.322.881**	**1.326.573**
Capital social		1.303.434	1.303.434
Reservas de lucros		19.447	23.139
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.012.495**	**1.979.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rua Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº. 690, sala 32, bairro Tamboré, Cep 06460-040 - Barueri - SP. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 29+300 da SP021 (km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116)), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e c) Gestão dos serviços complementares, na forma do regulamento da concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão nº 001/ARTESP/2008. A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: **Ampliações e melhoramentos:** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de passarelas para pedestres; • Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco; • Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia; • Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego; • Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável; • Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e • Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: 1.1.1 Outras informações relevantes – Processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questão do contrato de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia da COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias do contrato como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões. **1.2. Processos em andamento:** a. Ação Popular nº 0617139-73.2008.8.26.0053 - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo. Trata-se de Ação Popular em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, Motiva e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a inicial, sob pena de extinção. Aguarda-se a intimação do autor. Em 27 de maio de 2025, foi determinada a publicação dos editais previstos na Lei da Ação Popular, a fim de que, no prazo de 90 dias, qualquer cidadão ou representante do Ministério Público possa promover o seu prosseguimento. b. Processo nº 1019383-89.2017.8.26.0053 - Reajuste Tarifário de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos: suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Após a apreciação de embargos de declaração opostos por cada parte, em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação tendo a companhia apresentado suas contrarrazões. Em 1º de outubro de 2024, foi proferido acórdão convertendo o julgamento em diligência para complementação da prova pericial em 1º grau. Em 28 de agosto de 2025, o perito apresentou os esclarecimentos complementares. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1 Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 12. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 15. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
- 19. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados o bserváveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 17. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e: • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e: • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e: • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando; • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Contabilidade de hedge *(hedge accounting)*:** A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo. No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados; São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.13. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas

continua

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	17	**511.840**	**468.503**
Custos dos serviços prestados		**(355.299)**	**(321.209)**
Custo da outorga		(88.419)	(87.132)
Serviços		(82.944)	(63.123)
Custo de construção		(60.231)	(55.939)
Custo com pessoal		(37.688)	(38.356)
Depreciação e amortização		(41.381)	(35.460)
Provisão de manutenção	15	(27.415)	(24.169)
Materiais, equipamentos e veículos		(7.485)	(8.266)
Outros		(9.736)	(8.764)
Lucro bruto		**156.541**	**147.294**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(55.205)**	**(41.877)**
Despesas com pessoal		(17.223)	(15.234)
Serviços		(10.005)	(10.877)
Depreciação e amortização		(2.997)	(1.635)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.106)	(2.071)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.443)	(983)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(87)	(20)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.951)	(1.441)
Taxa de administração - vale pedágio		(798)	(791)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(316)	54
Indenizações cíveis e trabalhistas		(1.723)	(869)
Água, luz, telefone, internet e gás		(210)	(296)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(259)	(235)
(Reversão) provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	691	(3.919)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(379)	(430)
Valor residual dos bens		(10.333)	-
Outras (despesas) receitas operacionais		(5.066)	(3.130)
Resultado antes do resultado financeiro		**101.336**	**105.417**
Resultado financeiro	18	(51.290)	(57.234)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**50.046**	**48.183**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(9.968)	(5.274)
Lucro líquido do exercício		**40.078**	**42.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**40.078**	**42.909**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**40.078**	**42.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**1.303.434**	**8.529**	**16.905**	**-**	**1.328.868**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.909	42.909
Distribuição de dividendos adicionais em 25 de abril de 2024		-	-	(16.905)	-	(16.905)
Destinações:						
Juros sobre capital próprio em 25 de setembro de 2024 (líquido)		-	-	-	(7.054)	(7.054)
Juros sobre capital próprio em 25 de setembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	(1.245)	(1.245)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	(17.000)	(17.000)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	(3.000)	(3.000)
Reserva legal		-	2.145	-	(2.145)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	12.465	(12.465)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.303.434**	**10.674**	**12.465**	**-**	**1.326.573**
Saldos em 1º de janeiro de 2025		1.303.434	10.674	12.465	-	1.326.573
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.078	40.078
Distribuição de dividendos adicionais em 25 de abril de 2025	16.4	-	-	(12.465)	-	(12.465)
Destinações:						
Pagamento de dividendos intermediários 11 de agosto de 2025		-	-	-	(13.305)	(13.305)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2025 (líquido)		-	-	-	(15.300)	(15.300)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2025 (IRRF)		-	-	-	(2.700)	(2.700)
Reserva legal		-	2.004	-	(2.004)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	6.769	(6.769)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.303.434**	**12.678**	**6.769**	**-**	**1.322.881**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**40.078**	**42.909**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(6.390)	(4.256)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	9	73.578	73.578
Depreciação e amortização	11 e 12	44.061	36.602
Capitalização de custo de empréstimos	18	(4.971)	(4.694)
Depreciação - direito de uso em arrendamento		317	493
Baixa de ativo imobilizado	11	744	166
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	3.032	4.892
Juros sobre debêntures	18	64.357	52.599
Resultado de operações com derivativos	18	-	(56)
Valor justo de debêntures	18	-	(659)
Juros sobre mútuo com terceiros	18	-	17.066
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	316	(54)
Comissão de fianças com partes relacionadas	18	-	1.620
Constituição de provisão de manutenção	15	27.415	24.169
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	15	4.169	1.584
Rendimentos de aplicação financeira		(1.609)	(123)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	7	3
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	18	64	44
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(3.463)	(6.681)
Contas a receber de partes relacionadas	10	(102)	3.857
Tributos a recuperar		(1.634)	(145)
Adiantamentos a fornecedores		1.348	(1.525)
Despesas antecipadas e outras		(286)	(336)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(2.412)	5.319
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	133	(1.308)
Obrigações sociais e trabalhistas		314	345
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		18.258	(7.546)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(19.643)	(12.294)
Obrigações com o Poder Concedente		14.841	13.554
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente	20.1	(14.689)	(13.524)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	(3.723)	(973)
Mútuos com terceiros		-	(155.948)
Outras contas a pagar		(549)	1.370
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**233.561**	**70.048**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(12.543)	(26.009)
Aquisição de ativo intangível	12	(63.886)	(59.721)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(46.524)	503
Resgates/aplicações (conta reserva)		248	326
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(122.705)**	**(84.901)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimento de operações com derivativos	21.1	-	1.125
Arrendamento			
Pagamento de principal	21.1	(374)	(548)
Debêntures			
Captações	21.1	-	530.128
Pagamentos de principal	21.1	-	(455.000)
Pagamentos de juros	21.1	(43.488)	(43.098)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.1	(58.070)	(28.277)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(101.932)**	**4.330**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**8.924**	**(10.523)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		60.329	70.852
No final do exercício		69.253	60.329
		8.924	**(10.523)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

continuação

através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Provisão de manutenção - contrato de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Contrato de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.15. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza; e: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **3.15. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS: - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e: • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e: d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 13 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	88.116	81.835	75.634	168.623	311.964
Fornecedores e outras obrigações	23.768	5.833	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.535	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.280	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	1.365	1.636
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	67.888	58.693
Total	**69.253**	**60.329**

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	**49.346**	**1.461**
Aplicações financeiras (a)	49.346	1.213
Conta reserva (b)	-	248
Total	**49.346**	**1.461**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100% do CDI, equivalente a 14,31% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,98% do CDI, equivalente a 10,87% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa nº 13).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2025	2024
Circulante	**36.180**	**33.014**
Contas a receber das operações (a)	36.643	33.161
Provisão para perda esperada (b)	(463)	(147)
Não circulante	**800**	**819**
Contas a receber das operações (a)	800	819
Total	**36.980**	**33.833**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e: (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber:

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	36.938	33.756
Créditos vencidos até 60 dias	18	53
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	24	24
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	85	87
Créditos vencidos há mais de 180 dias	378	60
Total	**37.443**	**33.980**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	50.046	48.183
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(17.016)	(16.382)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(262)	(122)
Juros sobre capital próprio	6.120	9.622
Incentivos relativos ao imposto de renda	724	243
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(75)	(40)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	171	218
Outros ajustes tributários (a)	370	1.187
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(9.968)**	**(5.274)**
Impostos correntes	(16.358)	(9.530)
Impostos diferidos	6.390	4.256
Alíquota efetiva de impostos	**19,92%**	**10,95%**

(a) Refere-se principalmente ao efeito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores.

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	**293.419**	**289.187**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	266.721	273.720
Provisão de manutenção	21.466	10.727
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.648	1.484
Tributos com exigibilidade de suspenção de Pis e Cofins	1.558	1.111
Resultado de operações com derivativos	-	357
Programa de gratificação longo prazo	534	284
Provisão para perda esperada - contas a receber	157	50
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.190	1.425
Outros	145	29
Compensação de imposto ativo	**(34.979)**	**(37.137)**
Imposto ativo após a compensação	**258.440**	**252.050**
Passivo	**(34.979)**	**(37.137)**
Variação cambial	(1)	-
Capitalização de juros	(24.013)	(24.632)
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014	(8.385)	(9.061)
Custo de transação com debêntures	(2.528)	(3.051)
Valor justo	-	(358)
Ajuste a valor presente	(52)	(35)
Compensação de imposto	**(34.979)**	**(37.137)**
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	**258.440**	**252.050**
Movimentação do imposto diferido	**2025**	**2024**
Saldos em 1º de janeiro	**252.050**	**247.794**
Reconhecimento no resultado	**6.390**	**4.256**
Saldos em 31 de dezembro	**258.440**	**252.050**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

	2025
2026	5.159
2027	7.404
2028	9.669
2029	9.963
2030	12.906
2031 a diante	221.620
Total	**266.721**

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a compensar - Circulante 2025	Circulante 2024	Não circulante 2025	Não circulante 2024	Apropriação no resultado 2025	Apropriação no resultado 2024
Outorga variável	73.578	73.578	840.015	913.593	73.578	73.578
Total	**73.578**	**73.578**	**840.015**	**913.593**	**73.578**	**73.578**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2025 Controladora	2025 Outras partes relacionadas	2025 Total	2024 Controladora	2024 Outras partes relacionadas	2024 Total
Ativo	**60**	**78**	**138**	-	**31**	**31**
Bancos conta movimento	-	9	**9**	-	13	**13**
Contas a receber	60	54	**114**	-	12	**12**
Outros créditos	-	15	**15**	-	6	**6**
Passivo	**2.398**	**137**	**2.535**	**19.170**	**232**	**19.402**
Fornecedores e contas a pagar	2.398	137	**2.535**	2.240	162	**2.402**
Juros sobre capital próprio	-	-	**-**	16.930	70	**17.000**

Transações	2025 Controladora	2025 Outras partes relacionadas	2025 Total	2024 Controladora	2024 Outras partes relacionadas	2024 Total
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(74)	**(74)**	-	(35)	**(35)**
Custos/despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	**-**	-	(124)	**(124)**
Custos/despesas com infraestrutura utilizada	-	(2)	**(2)**	-	(13)	**(13)**
Custos/despesas - serviços de transporte de valores	-	(252)	**(252)**	-	(292)	**(292)**
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	(79)	**(79)**	-	(61)	**(61)**
Custos/despesas - benefício a colaboradores	-	(5.781)	**(5.781)**	-	(5.531)	**(5.531)**
Custos/despesas - doações	-	(1.043)	**(1.043)**	-	(983)	**(983)**
Custos/despesas - seguros	-	-	**-**	-	(2)	**(2)**
Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas	-	-	**-**	(1.620)	-	**(1.620)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(15)	**(15)**	-	(10)	**(10)**
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	-	**-**	-	33	**33**
Receita de venda de ativo imobilizado	-	221	**221**	-	150	**150**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	**-**	-	25	**25**
Repasse de custos e despesas - Motiva CSC (*)	(29.564)	-	**(29.564)**	(26.800)	-	**(26.800)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	8	442	**450**	-	45	**45**
Repasse de custos e despesas - rodovias	-	(458)	**(458)**	-	(283)	**(283)**
Imobilizado/Intangível	-	(11)	**(11)**	-	(1.294)	**(1.294)**

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R$ 29.499 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora indireta Motiva. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 1 de abril de 2025, foi aprovada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R$ 1.000, a qual inclui honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 3.526, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento:

	Imobilizado - Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**353**	**6.136**	**2.552**	**7.259**	**16.300**	**13.898**	**30.198**
Adições	-	-	-	-	-	27.926	27.926
Baixas	(2)	-	(164)	-	(166)	-	(166)
Transferências	62	1.528	147	11	1.748	(1.675)	73
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Depreciação	(76)	(1.354)	(968)	(2.045)	(4.443)	-	(4.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**337**	**6.310**	**1.567**	**5.225**	**13.439**	**40.147**	**53.586**
Custo	1.761	29.447	6.310	47.366	84.884	40.147	125.031
Depreciação acumulada	(1.424)	(23.137)	(4.743)	(42.141)	(71.445)	-	(71.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**337**	**6.310**	**1.567**	**5.225**	**13.439**	**40.147**	**53.586**
Adições	-	-	-	-	-	16.025	16.025
Baixas	(7)	(258)	-	(479)	(744)	-	(744)
Transferências	128	15.117	-	5.921	21.166	(21.166)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	1.529	1.529	-	1.529
Depreciação	(68)	(2.461)	(704)	(2.297)	(5.530)	-	(5.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**390**	**18.708**	**863**	**9.899**	**29.860**	**35.006**	**64.866**
Custo	1.822	35.473	5.759	50.243	93.297	35.006	128.303
Depreciação acumulada	(1.432)	(16.765)	(4.896)	(40.344)	(63.437)	-	(63.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**390**	**18.708**	**863**	**9.899**	**29.860**	**35.006**	**64.866**
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2025	10	11	25	14			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 3.482 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$1.917 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 9,11% a.a. e 5,45% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção:

	Intangível - Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**529.758**	**321**	**2.782**	**532.861**	**17.040**	**549.901**
Adições	-	-	2.299	2.299	60.199	62.498
Transferências	18.333	789	(866)	18.256	(18.329)	(73)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	2	-	2	-	2
Amortização	(32.031)	(128)	-	(32.159)	-	(32.159)
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**516.060**	**984**	**4.215**	**521.259**	**58.910**	**580.169**
Custo	694.570	2.823	4.215	701.608	58.910	760.518
Amortização acumulada	(178.510)	(1.839)	-	(180.349)	-	(180.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**516.060**	**984**	**4.215**	**521.259**	**58.910**	**580.169**
Adições	-	-	1.203	1.203	64.172	65.375
Transferências	90.123	1.255	(1.255)	90.123	(90.123)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(1.529)	(1.529)	-	(1.529)
Amortização	(38.195)	(336)	-	(38.531)	-	(38.531)
Outros	(24)	-	-	(24)	(11)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**567.964**	**1.903**	**2.634**	**572.501**	**32.948**	**605.449**
Custo	784.669	4.078	2.634	791.381	32.948	824.329
Amortização acumulada	(216.705)	(2.175)	-	(218.880)	-	(218.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**567.964**	**1.903**	**2.634**	**572.501**	**32.948**	**605.449**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	31.466
Implantação e ajustes de caixas de retenção SP-021	30.623
Melhoria na infraestrutura da sede	843

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 1.489 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.777 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 9,11% a.a. e 5,45% a.a., respectivamente.

13. Debêntures:

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
8ª Emissão - Série única	IPCA + 5,95% a.a.	6,4342% (a)	Abril de 2031	9.465	7.173	438.819	418.696 (b)
9ª Emissão - Série única	CDI + 0,50% a.a.	0,6058% (a)	Novembro de 2028	407	261	132.363	131.617 (b)
				Total	7.434	571.182	550.313

	2025	2024
Circulante	**49.718**	**5.538**
Debêntures	51.344	7.077
Custos de transação	(1.626)	(1.539)
Não circulante	**521.464**	**544.775**
Debêntures	527.272	552.210
Custos de transação	(5.808)	(7.435)
Total geral	**571.182**	**550.313**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e: **Garantia:** (b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	43.333
2028	43.333
2029	146.868
2030	146.868
A partir de 2031	146.870
(-) Custo de transação	(5.808)
Total	**521.464**

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

14. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.359**	**1.834**	**-**	**-**	**4.193**
Constituição	2.776	1.014	73	1	3.864
Reversão	(110)	(1.291)	-	-	(1.401)
Pagamentos	(2.390)	(1.259)	(73)	(1)	(3.723)
Atualização de bases processuais e monetária	420	149	-	-	569
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.055**	**447**	**-**	**-**	**3.502**

14.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciários, e tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis	1.637	2.288
Trabalhista e previdenciário	237	548
Total	**1.874**	**2.836**

15. Provisão de manutenção:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**31.551**	**31.551**
Constituição	916	26.499	27.415
Ajuste a valor presente	108	4.061	4.169
Transferência	13.406	(13.406)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**14.430**	**48.705**	**63.135**

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais. **16.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **16.3. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **16.4. Dividendos:** Em 25 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o pagamento à conta de dividendos adicionais, no montante de R$ 12.465. O pagamento foi realizado em 29 de abril de 2025. Em 11 de agosto de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), a distribuição de dividendos intermediários pela Companhia, no montante bruto de R$ 13.305, relativo ao lucro do exercício, O pagamento foi realizado em 26 de agosto de 2025. Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido de exercício	40.078
(-) Constituição de reserva legal	(2.004)
Lucro líquido ajustado	**38.074**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	9.519
Total de juros sobre capital próprio aprovados no exercício (líquido de IRRF)	15.300
Total de dividendos pagos	13.305
Total de juros sobre capital próprio	**28.605**

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos e a pagar. **16.5. Juros sobre capital próprio:** Em 12 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 18.000, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R$ 15.301. O pagamento foi realizado em 23 de dezembro de 2025.

17. Receitas operacionais líquidas:

	2025	2024
Receita bruta	**554.826**	**507.705**
Receitas de pedágio	491.053	448.348
Receitas de construção	60.231	55.939
Receitas acessórias	3.542	3.418
Deduções da receita bruta	**(42.986)**	**(39.202)**
Impostos sobre receitas	(42.707)	(39.014)
Devoluções	(279)	(188)
Receita operacional líquida	**511.840**	**468.503**

18. Resultado financeiro:

	2025	2024
Despesas financeiras	**(64.294)**	**(70.742)**
Juros sobre debêntures	(45.962)	(40.390)
Variação monetária debêntures	(18.395)	(12.209)
Juros sobre mútuos com terceiros (a)	-	(17.066)
Perda com operações de derivativos	-	(1.616)
Comissão de fianças com partes relacionadas	-	(1.620)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.169)	(1.584)
Capitalização de custos de empréstimos	4.971	4.694
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(5)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(64)	(44)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(663)	(902)
Receitas financeiras	**13.004**	**13.508**
Ganho com operações de derivativos	-	1.672
Rendimento sobre aplicação financeira	12.318	10.407
Valor justo operações de debêntures (*hedge accounting*)	-	659
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	2
Juros e outras receitas financeiras	681	768
Resultado financeiro líquido	**(51.290)**	**(57.234)**

(a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre a Companhia e a Encalso. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e pago em 20 de dezembro de 2024.

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2025	2024
Ativos		**155.693**	**95.635**
Valor justo através do resultado		**118.599**	**61.790**
Caixa e bancos	Nível 2	1.365	1.636
Aplicações financeiras	Nível 2	117.234	59.906
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	248
Custo amortizado		**37.094**	**33.845**
Contas a receber das operações		36.980	33.833
Contas a receber de partes relacionadas		114	12
Passivos		**(604.598)**	**(603.433)**
Custo amortizado		**(604.598)**	**(603.433)**
Debêntures (a)		(571.182)	(550.313)
Fornecedores e outras obrigações		(29.601)	(32.590)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.535)	(2.402)
Juros sobre capital próprio		-	(17.000)
Obrigações com Poder Concedente		(1.280)	(1.128)
Total		**(448.905)**	**(507.798)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025 Valor contábil	2025 Valor justo	2024 Valor contábil	2024 Valor justo
Debêntures (a)	578.616	540.410	559.287	509.235

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos: As operações com derivativos em 31 de dezembro de 2025, teve como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e foram registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de juros sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures - série única. Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

	Data de vencimento	Valores brutos contratados e liquidados - Moeda local Recebidos/(Pagos) 2025	2024	Resultado - Ganho (Perda) em resultado 2025	2024
SWAP - riscos de juros	2024	-	1.125	-	56
		-	**1.125**	**-**	**56**

19.3. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R$ (3)(4)	Efeito em R$ no resultado - Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(578.616)	(66.420)	(76.296)	(86.172)
Efeito sobre debêntures		**(66.420)**	**(76.296)**	**(86.172)**
CDI	(117.916)	13.907	17.331	20.736
Efeito sobre as aplicações financeiras		**13.907**	**17.331**	**20.736**
Total do efeito da perda		**(52.513)**	**(58.965)**	**(65.436)**
A taxa de juros considerada foi (1):				
CDI (2)		14,9000%	18,6250%	22,3500%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo; No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão: 20.1. Compromisso com o Poder Concedente - Outorga variável:

	%	Base	Valor pago no exercício 2025	Valor pago no exercício 2024	Circulante - Valor a pagar 2025	Circulante - Valor a pagar 2024
Outorga variável	3,0	Receita bruta	14.689	13.524	1.280	1.128
Total			**14.689**	**13.524**	**1.280**	**1.128**

20.2. Compromissos relativos à concessão: A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	451.303	437.258

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa: 21.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(550.313)**	**(17.000)**	**(209)**	**(567.522)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**43.488**	**58.070**	**374**	**101.932**
Pagamentos de principal	-	-	374	374
Pagamentos de juros	43.488	-	-	43.488
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	58.070	-	58.070
Outras variações que não afetam caixa	**(64.357)**	**(41.070)**	**(3.794)**	**(109.221)**
Despesas com juros e variação monetária	(64.357)	-	-	(64.357)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(64)	(64)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(41.070)	-	(41.070)
Adições de contrato de arrendamento	-	-	(3.730)	(3.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(571.182)**	**-**	**(3.629)**	**(574.811)**

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar - Vice-Presidente
Josiane Carvalho de Almeida - Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Rodrigo Fernandes Monteiro - Diretor-Presidente
Fausto Camilotti - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. - Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1